

# O programa nuclear autônomo

JOSÉ GOLDEMBERG

Com pompa e circunstância, o presidente Sarney, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, comunicou à Nação que os cientistas brasileiros da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) trabalhando no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) em São Paulo "conseguiram dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio pelo processo da ultracentrifugação".

Em seu discurso, o presidente adiantou várias outras informações, tais como: "a conclusão, em breve, de uma usina piloto, e com início de operação do primeiro módulo da usina de demonstração industrial no próximo ano". A partir de 1989/90 o Brasil já estará em condições de produzir dezenas de quilos de urânio enriquecido a 20% para reatores de pesquisa, segundo informações dadas após a cerimônia. O índice de enriquecimento já atingido no Ipen é de 1,2%. Dentro de cinco ou seis anos, toneladas de urânio enriquecido poderão ser produzidas. Dadas as características do processo de ultracentrifugação, índices muito elevados de enriquecimento — superiores a 80% — poderão ser obtidos, contrariamente ao que acontece com o método em estudo pela Nuclebrás em Resende, que não é maior do que 3%.

Disse mais o presidente, que, para alcançar este êxito, "o Brasil contou unicamente com seus próprios recursos materiais e humanos, sem qualquer auxílio externo. Ao contrário, chegamos a enfrentar restrições e dificuldades". Essas restrições, segundo declarações de Rer Nazaré Alves, presidente da CNEN, é que motivaram o sigilo do programa até o momento.

Qual o significado desses eventos? Em primeiro lugar, o discurso do presidente tirou da obscuridade, e até de certa clandestinidade, o programa nuclear "paralelo" que se desenvolvia desde 1980 no Ipen como resposta ao fracasso do programa da Nuclebrás, que já se desfezera claramente nessa época. O assim chamado "programa nuclear paralelo" passa a se tornar oficial.

Em segundo lugar, a ênfase dada pelo presidente ao caráter inteiramente nacional e autônomo do programa, as homenagens aos cientistas brasileiros, a referência ao "apoio direto e indireto de diversos segmentos técnicos e científicos do Brasil", bem como a presença de destacados cientistas não vinculados ao programa na cerimônia do Palácio do Planalto, mostraram o interesse do governo em acabar com os atritos históricos com a assim chamada "comunidade científica". São notórios os desencontros do governo Geisel com essa comunidade, provocados pela desastrosa orientação da Nuclebrás a partir de 1975, que tentou introduzir energia nuclear no Brasil através de pacotes fechados que excluíam e marginalizaram cientistas e a indústria nacional desta área. A orientação anti-nacional da Nuclebrás já se havia chocado violentamente com o Ipen, que desenvolveu processo de preparação de hexafluoreto de urânio, o qual ela insistia em importar da França.

Agora, com a produção de urânio enriquecido pelo processo de ultracentrifugação, econômico e eficiente, o outro sonho da Nuclebrás, que é enriquecer urânio pelo duvidoso processo Bec-

ker, em Resende, foi também abandonado pelo governo.

Em terceiro lugar, o presidente Sarney reforçou a posição do País na área internacional, melhorando as condições de colaboração com a Argentina, uma vez que desaparece uma possível inferioridade do Brasil diante do bem-sucedido programa nuclear argentino. No plano mundial, Brasil e Argentina, membros do seleto grupo de nações capazes de enriquecer urânio, passam a ler uma voz mais forte nas negociações de desarmamento mundial. Os dois países não são signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, dado o seu caráter discriminatório e dado o fato de que as grandes potências não cumpriram jamais suas promessas de chegar a um acordo de desarmamento, sobretudo na área nuclear, que justificasse a renúncia às armas nucleares das demais potências.

Brasil e Argentina podem e devem reclamar agora que essas negociações de desarmamento progridam, e/ou a revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear como pré-condição de sua adesão a ele.

Finalmente, dominada a tecnologia de enriquecimento de urânio, coloca-se a questão do seu uso pacífico ou militar, uma vez que deixam de ser técnicas as limitações que permitem chegar à posse de armas.

O presidente da República abordou essa questão de frente, ao afirmar que os trabalhos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) são vinculados "à Presidência da República, submetida ao poder político, síntese de todos os poderes e da vontade da Nação".

Além disto, fez uma manifestação incisiva das "finalidades exclusivamente pacíficas do Programa Nuclear Brasileiro".

Se declarações não bastam, teremos em breve um bom teste das intenções do governo se for incluída na próxima Constituição a proposta da Comissão de Sistematização que diz que "toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos, mediante a aprovação do Congresso Nacional (Art. 31 — XXII-a). Esse artigo conta, ao que tudo indica, com o apoio do governo, além das associações científicas como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O presidente da República deu, a nosso ver, um grande passo à frente na sua busca de reconciliação do governo com a Nação, que é uma das missões de um governo de transição democrática.

Com seu discurso, o presidente recolocou também nos seus devidos termos o Programa Nuclear Brasileiro, corrigindo o infeliz editorial publicado recentemente pelo Noticiário do Exército, atribuído ao general Leônidas Pires Gonçalves.

Essa nova posição poderia ser completada com a designação de uma comissão presidencial suprapartidária, contando com representantes das associações científicas, que acompanharia e aconselharia, daqui por diante, o presidente em questões nucleares, em todas as suas áreas.

Com isso se institucionalizaria a "transparência do governo sem reservas nem segredos" desejada e anunciada pelo presidente.

José Goldemberg é físico e reitor da USP

# "Brasil dominou o átomo sem ajuda"

O Brasil não deve nada a ninguém: conquistou a tecnologia do enriquecimento de urânio sozinho, com recursos próprios. A afirmação é do presidente José Sarney, em seu programa de ontem *Conversa ao Pé do Rádio*, transmitido em rede nacional. Sarney lembrou que dominar o ciclo do urânio é fundamental para aproveitar a energia nuclear em benefício do homem, na medicina, na agricultura ou na indústria, e destacou que de agora em diante também o Brasil faz parte do grupo de nove países em condições de utilizá-la. O

presidente fez questão, no entanto, de deixar claro que o Brasil — signatário do Acordo Tlatelolco e da moção de não-proliferação nuclear no Atlântico Sul — tem o compromisso de só aplicar a energia atômica para fins pacíficos.

José Sarney confessou ter tido "uma comoção muito grande" com a morte de Marcos Freire, ex-ministro da Reforma Agrária, que "estava fazendo uma obra de pacificação no setor agrário, sem ódio e sem medo, como era seu lema".

## No clube dos nove

É esta a mensagem de ontem do presidente da República: "Brasileiros e brasileiros, bom-dia.

Aqui vos fala o presidente José Sarney nesta *Conversa ao Pé do Rádio*, desta sexta-feira, dia 11 de setembro.

Desejo recordar que esta semana foi aberta com os festejos da Independência. Pelo Brasil inteiro se comemoraram os 165 anos do Grito do Ipiranga, trazendo à memória de todos nós a grandeza do nosso país, o orgulho que nós todos temos da grande nação que somos e a certeza de que cresceremos muito mais. Nossas congratulações a todo o povo brasileiro que, juntamente com as Forças Armadas, que desfilarão no País inteiro, comemorou a nossa data magna da libertação do Brasil.

Desejo também lembrar outro fato, este ocorrido no fim da semana passada: foi o anúncio que eu fiz, no dia 5, em pleno clima da Semana da Pátria, de que o Brasil alcançara uma grande conquista científica. Isto é, o País dominou a tecnologia do enriquecimento do urânio, o que é básico e fundamental para o aproveitamento da energia nuclear em benefício do homem. Sua aplicação alcança os mais diferentes ramos do interesse humano — a medicina, a agricultura, a indústria. Poucos países no mundo dominam a tecnologia do enriquecimento do urânio: somente nove e, agora, entre eles está o Brasil. E isto tudo foi conquista de brasileiros, foi feito por cientistas brasileiros, com recursos do País, e não devemos nada a ninguém.

Naquele dia também eu ressaltai que essa é uma tecnologia sensível, mas que o compromisso do Brasil é para aplicação da energia atômica para fins pacíficos. Toda a nossa diplomacia, o nosso programa de governo, é destinado a esse fim.

Nós somos, por exemplo, signatários do Tratado de Tlatelolco. Um tratado que foi feito pelas nações da América Latina, que proscreve qualquer tipo de arma nuclear. E também o Brasil é autor de uma moção apresentada, já no meu governo, às Nações Unidas, chamada Moção do Atlântico Sul, pela qual se proíbe até mesmo o trânsito de armas nucleares nessa área.

Devo dizer também que nesta semana, eu, na Granja do Torto, almocei com artistas do teatro brasileiro, discutindo seus problemas, em busca de soluções. Foi um grande prazer receber os nossos artistas de teatro. Teatro é cultura, e devemos utilizar os meios de divulgação para, cada vez mais, habituar o nosso povo a ir ao teatro. Um país não se mede somente pela sua riqueza, pelo seu índice de renda per capita, pela sua economia, mas também pelo teatro que tem. E o Brasil tem um dos melhores teatros do mundo, com atores que nada ficam a dever aos grandes atores de qualquer país.

No caminho da cultura — também eu devo ressaltar — esta semana foi rica porque tivemos a inauguração, ontem, no Riocentro, no Rio de Janeiro, da III Bienal Internacional do Livro, acontecimento importantíssimo no mundo editorial brasileiro. E com satisfação que eu posso proclamar que nesses dois anos do meu governo o movimento editorial do país teve um grande aumento. O povo está lendo mais, estamos publicando mais, a Nação está se instruindo, elevando o seu nível cultural.

O livro, como diziam os latinos, é o melhor amigo. E o povo não deve esquecer — as brasileiras e os brasileiros — que um dos cinco pontos do meu governo é a identidade cultural, e um dos marcos da minha administração é a chamada Lei Sarney para incentivos à cultura. E o nosso governo é o primeiro governo deste país que tem uma prioridade para a cultura. O Brasil não será uma potência econômica se não for uma potência cultural.

Quero também lembrar que o dia 10 foi o Dia da Imprensa. Recebi os jornalistas credenciados no Palácio do Planalto, ressaltai o trabalho que eles realizam para informar o povo brasileiro.

ro. O País tem hoje uma grande imprensa e aqui desejo homenagear todos os profissionais de imprensa do Brasil. Uma grande imprensa nós temos, quer de recursos humanos, quer de recursos materiais. Sem esquecer aquilo que dizia o nosso grande Rui Barbosa: que a democracia respira através da imprensa. Ela é o ar, ela é o pulmão.

Outro assunto: Desejo também comunicar que recebi o governador Alvaro Dias, do Paraná, que está fazendo um excelente trabalho em seu estado. Ele veio comunicar-me um fato muito importante, o Acordo do Paraná.

E o que é o Acordo do Paraná? É um acordo entre trabalhadores e empresários sobre problemas do estado para, de mãos dadas, procurar soluções. Parabéns ao Paraná, que dá o exemplo da democracia compactada, a mais moderna, a que mais rapidamente resolve os problemas do povo. Não é só o governo que tem responsabilidades. As responsabilidades são de todas as classes, e o Paraná, neste acordo entre empresários e trabalhadores, dá um grande exemplo de entendimento.

Outro assunto, que eu desejo mais uma vez martelar é o problema do aluguel, repetindo o que disse na semana passada: o governo não autorizou aumento de aluguel nem fixou quantidades. Isso é da livre iniciativa das partes e deve ser ajustado entre inquilinos e proprietários. O único aluguel em que o governo interfere é o do sistema nacional de habitação e este está baseado no plano de equivalência salarial. Isto é, não pode subir mais do que o aumento do salário. Portanto, mais uma vez, não se deixe enganar.

Finalmente, minha palavra de otimismo como sempre o faço: o Brasil está no caminho certo e o povo vai fazer justiça a todos nós. A nossa pior fase já passou.

Eu poderia terminar aqui este programa. Mas não posso fazê-lo porque tenho o dever de dar uma notícia que todos já sabem, que é uma notícia triste, que foi a morte do nosso ministro Marcos Freire. E estas palavras são para prestar uma homenagem à memória do ministro Marcos Freire, que, como todos sabem, faleceu tragicamente no dia 8.

Marcos Freire estava fazendo um grande trabalho pela reforma agrária e morreu no cumprimento do dever, trabalhando numa missão de sua pasta em plena Amazônia.

Em sua companhia perdemos também grandes brasileiros: José Raduan, presidente do In-cra; Dirceu Pessoa, secretário-geral do Mirad; José Teixeira, secretário particular do ministro, e seu pai, Amaury Teixeira Ivan Ribeiro, assessor especial do ministro, e também a tripulação, composta pelo coronel Wellington Resende, pelo capitão Jorge Shimomura e pelo sargento Carlos Alberto Silva. A memória de todos, a minha homenagem, sabendo que todos faleceram no cumprimento do dever, em pleno trabalho.

Tive uma comoção muito grande, senti profundamente esta tragédia, junto-me portanto eu, minha mulher e toda a minha família ao sentimento de dor das famílias dos mortos, pedindo que Deus as ajude no consolo e na resignação pela perda irreparável. Esta perda foi também uma perda para o Brasil, e sei que todo o povo brasileiro está sentindo desta mesma maneira.

A Pernambuco, terra de Marcos Freire, o meu pesar, uma palavra especial: Marcos Freire era uma grande expressão do talento, da cultura e do espírito público do povo pernambucano. Meu amigo, meu companheiro de Senado, meu ministro, estava fazendo uma obra de pacificação no setor agrário, sem ódio e sem medo, como era o seu lema, sendo um instrumento de paz. Ele, portanto, é um mártir dessa causa, em favor, principalmente, dos menos favorecidos que labutam no campo.

Aqui, com esta nota de tristeza, eu termino esta nossa conversa ao pé do rádio, desejando às brasileiras e brasileiros que permaneçam na fé no Brasil, na nossa grande pátria. Muito obrigado e bom-dia."



Manoel Guaranhô

Isakov se diz satisfeito com avanço da ciência brasileira

## Embaixador soviético elogia projeto nuclear

O embaixador soviético no Brasil, Victor Isakov, elogiou ontem em São Paulo, o domínio do ciclo do urânio obtido pelo Brasil: "Qualquer pessoa de bom senso está satisfeita com o fato, que levará ao avanço da ciência e tecnologia brasileiras". O diplomata ressaltou estar falando em seu próprio nome, já que não houve nenhuma declaração oficial do governo da URSS sobre a experiência. Isakov destacou, no entanto, que existem posições diferentes sobre o tratado de não proliferação de armas nucleares e não sabe qual o caminho que o governo brasileiro seguirá.

Isakov esteve ontem em São Paulo para participar de um jantar com empresários, intelectuais e membros de outros setores da sociedade, promovido pela União Cultural Brasil-URSS. O embaixador, um ardente defensor da política de *glasnost* (degelo) promovida pelo atual primeiro-ministro da União Soviética, Mikhail Gorbachev, garante que a posição do dirigente soviético é majoritária no centro de decisões do país (o Comitê Central do Partido

Comunista) e deseja resultados para hoje, e não para o ano 2.000".

Segundo este raciocínio, defendeu maior participação nos centros de decisão — antes reservada apenas a membros do PC — louvou a tendência de empresas estrangeiras de investirem na URSS. "Lamento apenas que o intercâmbio com o governo e empresários brasileiros ainda seja tão pequeno", declarou Victor Isakov.

O diplomata recordou que a única iniciativa conjunta dos dois países é a construção de uma fábrica de sucos, cujos planos, iniciados com sua chegada ao Brasil, em outubro, não evoluíram. A vinda do chanceler soviético, Eduard Shevardnadze, no final de setembro ao Brasil poderá significar a assinatura de acordos de cooperação no campo comercial, adiantou Isakov, sem revelar o conteúdo dos documentos. Ele negou, ainda, que exista qualquer plano definido para a visita de Gorbachev ao Brasil: "Não marcamos nem as datas, pois o primeiro-ministro tem inúmeros compromissos iguais".